

MÃES EM DISCUSSÃO: Vivências de uma prática comunitária

Autores: Nathalia Gonçalves, discente curso de Psicologia, Universidade Estadual de Londrina; Patrícia Silvia de Souza, discente curso de Psicologia, Universidade Estadual de Londrina; Rodrigo Prado Evangelista, discente curso de Psicologia, Universidade Estadual de Londrina; Sérgio Kazuyoshi Fuji, discente curso de Psicologia, Universidade Estadual de Londrina; Alejandra León Cedeño, docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

Email: patilleny_2@hotmail.com

1. Introdução: uma contextualização dentro da Psicologia Comunitária

A história da Psicologia Social Comunitária converge com a história da expansão da Psicologia. Sabemos que a Psicologia pode ser considerada uma forma de conhecimento e que também existem vários desencontros em suas perspectivas teóricas. Mas talvez um ponto de partida interessante para pensarmos sobre a sua relevância e seus possíveis devires, seja a sua presença no cotidiano, como ela acontece, como ela se conecta à vida de todo dia. Para quem procura se reinventar cotidianamente e inventar novos espaços na tentativa de se reconhecer, é importante vislumbrar um sentido dentro do seu dia a dia.

O processo de construção do saber da Psicologia Social Comunitária teve diversos momentos, que inclusive configuram sua diversidade. Nesse sentido é interessante retomarmos brevemente alguns pontos de sua história. Para muitos autores, os Estados Unidos foram o seu berço, a partir da Conferência de Swampscott, em 1975. Nesse momento a prática não significava apenas abranger espaços como escolas, hospitais, prisões e empresas como áreas de atuação, mas integrar as diferentes políticas públicas. Em sua gênese, essa nova psicologia era delineada de maneira extremamente pragmática. A ela são atribuídos sentidos como a prevenção e a conscientização. A primeira como forma de evitar possíveis doenças (principalmente na abordagem da saúde mental comunitária) e a segunda pelo projeto, já fracassado de saída, de levar consciência à população - tremendo equívoco, a consciência é subjetiva, não se pode dar a alguém, ou receber de alguém. Contudo, a abordagem norte-americana teve também contribuições importantes, como o conceito de “empowerment” (fortalecimento ou potencialização), criado por Rappaport e usado até os dias atuais.

Na América Latina, a construção da Psicologia Social Comunitária ocorreu de forma pouco diferente, devido às suas características particulares, onde as políticas públicas se demonstram insuficientes para as demandas da população e os próprios indivíduos que a compõem. Dentro desse contexto, é comum que as pessoas, ainda que sem o apoio estatal, se organizem muitas vezes de modo informal, não institucional, para lutarem pelo que necessitam e pelo que anseiam. Os centros comunitários, as associações de bairro se tornam espaços extremamente enriquecedores, que propiciam terreno fértil para o desenvolvimento da prática comunitária da psicologia.

Na América Latina, as primeiras iniciativas comunitárias normalmente não tiveram origem estatal, dadas as características francamente antipopulares da maioria dos governos locais após a década de 60. Foram os próprios movimentos sociais, aí compreendidos os movimentos sindicais urbano e camponês, os movimentos de bairros, as comunidades eclesiais de base, os movimentos femininos, movimentos negros, que se lançaram a tarefa de construção de laços e ações comunitárias (VASCONCELOS, 1989, p. 31).

Assim, as iniciativas comunitárias não se constroem unicamente de cima para baixo através de mecanismos instituídos na implementação das políticas públicas, mas também, principalmente, de baixo para cima, com o apoio ou não de intelectuais, religiosos, representantes do Estado ou da iniciativa privada. Apesar das particularidades e riquezas locais, as práticas de diversos países da América Latina (incluindo, é claro, o Brasil) têm muito em comum, como atestaram autores como Orlando Fals Borda (Colômbia), Sílvia Lane (Brasil), Maritza Montero (Venezuela) e Ignacio Martín-Baró (El Salvador).

No Brasil aparecem diferentes formas e desdobramentos da atividade psicossocial comunitária. Podemos pensar nessas distinções tendo como referenciais os pontos de partida para os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento. De acordo com Vasconcelos (1989), neste país a Psicologia Comunitária encontrou primordialmente três rumos: a via acadêmica, o movimento popular e iniciativas estatais. A primeira pode ser caracterizada por projetos elaborados dentro da universidade, que têm como objetivo a prestação de serviços para a comunidade; a segunda emerge da própria comunidade, que vê a necessidade de modificar seu contexto; e por último, planos e políticas públicas institucionais que visam ao atendimento à população.

Para Brandão (1999), integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM, desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará, a prática da Psicologia Comunitária lá praticada está a guisa de quatro paradigmas principais: a educação popular de Paulo Freire; a psicologia social crítica, representada pela ABRAPSO, e autores como Silvia Lane e Antonio Ciampa; o materialismo histórico e dialético; e a biodança (esta última aparece não só como um instrumento de trabalho, mas também como uma base teórica para compreensão das relações humanas, como as relações na comunidade). Têm por princípio a prática à teoria, caracterizando a inserção de seus saberes com “*a ousadia de ir a campo e construir com os sujeitos comunitários um conhecimento novo, que valorizasse o saber científico produzido na academia e que, por outro lado, tivesse impacto na vida concreta dos moradores da comunidade*” (BRANDÃO, 1999, p.31). A psicologia comunitária praticada no Ceará, dessa forma, não se caracteriza pela simples aplicação de uma teoria científica, previamente estabelecida. É a teoria sendo construída conjuntamente, numa *síntese dialética* entre alguns campos de conhecimentos, como os paradigmas acima citados, e a prática na vida dos moradores das comunidades.

No mesmo sentido, dentro de novas práticas e para a elaboração de novos saberes da Psicologia, são desenvolvidos trabalhos em locais propícios ao convívio coletivo. De acordo com Peter Spink, 2008, estes seriam os “micro lugares”, que conceitualmente poderíamos descrevê-los como “um evento do cotidiano, parte da vida coletiva”. Denso, o cotidiano se compõe de milhares de micro-lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micro lugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo. Ao se desenvolver trabalhos no âmbito de comunidades, o chamado “campo de pesquisa” se dissolve na própria relação entre o pesquisador e a comunidade. O ir a campo fica sem sentido, pois o campo não é só o local, mas todo o processo. Dentro disso situa-se o conceito *campotema*:

Estamos no campo porque estamos no campotema como matriz de questionamento e argumento, de ação e narração (Garfinkel, 1967). Tanto faz se estamos trabalhando com um financiamento científico, trabalhando com organizações advocatórias ou em projetos de pesquisa-ação, escrevendo, conversando, olhando anotações, participando de comissões assessoras, dando palestras, ou tomando uma cerveja numa sexta-feira à noite e arguindo

com amigos; estamos no campotema buscando contribuir para o bem coletivo, assumindo a nossa parte numa comunidade moral mais ampla (SPINK, 2008, p.5).

Esse resgate conceitual do que foi produzido até então acerca da Psicologia Comunitária é importante na medida em que traz elementos e ferramentas para a elaboração de novos caminhos e possibilidades. Este caminho perpassa pela construção de relações mais horizontais dentro da atuação da Psicologia, através dos diálogos cotidianamente traçados. O psicólogo tem um papel a ser desenvolvido dentro do coletivo, mas isso não significa dizer que este papel é de destaque, ou mais importante, ou mesmo “neutro”; o psicólogo é parte desse coletivo, que vivencia o cotidiano do micro lugar em que se situa, negociando e produzindo sentidos conjuntamente com os demais.

2. A Psicologia conversando no cotidiano: o dia a dia de outra prática

Dentro dos desdobramentos da prática da Psicologia Social Comunitária, podemos apresentar como exemplo a nossa atividade vinculada à disciplina Tópicos Avançados em Psicologia Institucional (Prática), do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Nessa disciplina, levou-se em consideração o desejo dos discentes em se lançar em um campo de atuação mais participativo, envolvendo algo além das tradicionais áreas de atuação da Psicologia, numa atividade mais abrangente e orgânica junto à comunidade, trabalhando propostas novas advindas tanto desta última, como dos docentes e estudantes envolvidos na disciplina. Dessa maneira se formou um grupo de quatro discentes interessados na proposta de trabalho psicossocial, sob o viés da Psicologia Comunitária, para realização da atividade durante o ano letivo de 2009 que proporcionou entrar em contato direto com a comunidade. Por tal motivo, em abril desse ano o grupo conheceu o trabalho da Associação Cultural Ciranda.

Essa associação tem 10 anos de funcionamento e, nela, membros da comunidade ou pessoas próximas ministram oficinas artísticas, de saúde e organizam eventos comunitários, em parceria com o posto de saúde e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região. Estes trabalhos se refletem em atividades voltadas para comunidade, como a fisioterapia, alongamento, palestras sobre prevenção de doenças, aulas de dança do ventre; o espaço da Associação tem sido utilizado também pelo posto de saúde local como extensão para o atendimento a comunidade.

Foi então, a partir do interesse da comunidade, especificamente de um grupo de mulheres que coordenam o projeto Ciranda e outros projetos comunitários, atualmente, que tivemos a proposta de trabalhar com o tema “mãe”, devido aos inúmeros encargos, responsabilidades, angústias etc., que este assunto traz consigo, e que tem gerado demandas dentro desse grupo particularmente. As mulheres colocaram sua própria necessidade de discutir e trocar experiências sobre o tema, além de afirmar que esta é uma necessidade sentida por diversas mães que ali moram. São diversos os acontecimentos, no dia-a-dia, da relação mãe e filho que convergem também com preocupações de um âmbito maior, que faz referência à mulher nos dias de hoje.

Nesse sentido, se mostra importante questionar sobre o tema gênero no que se refere aos estudos do trabalho desempenhado no projeto Ciranda. A questão de gênero, da qual faz parte outros temas como as discriminações, os abusos, entre outras tantas temáticas ligadas a esse tema mais amplo, mais precisamente o gênero feminino, mas o mais importante aqui seria pensar como se constitui a subjetividade dessas mulheres que discursam nesse contexto. As mulheres que participam com maior frequência desse

espaço são Liduína, moradora, responsável pelos cuidados com a Associação e participante de diversas atividades da Pastoral da Criança; Érika, professora de uma das creches local, uma das organizadoras de atividades comunitárias e responsável pela formação do grupo de discussão do presente trabalho; Nice, moradora, participante da Pastoral da Criança e também se encontra a frente de diversas atividades voltadas para a região; Léia (Juciléia), que mora no próprio espaço da Associação junto com sua filha Ísis de 3 anos.

Essas mulheres colocam em questão o ser mãe, o ser mulher, ser dona-de-casa, ser esposa. Esses questionamentos aparecem devido às muitas transformações que ocorreram no que se diz do ser mulher. Por necessidade ou por vontade, ou por ambos os motivos, as mulheres deixam de atuar somente na esfera privada para serem atuantes na esfera pública; com isso surgem várias implicações, dentre elas a soma de atividades na qual se viram envoltas. As mulheres não deixam de ser mães, cuidarem do lar, serem mulheres: elas acrescentam a essas atividades outras funções fora do âmbito privado, seja através do trabalho profissional ou comunitário. Nesse contexto, o que fica conflituoso é a questão do tempo, pois muitas vezes se sentem inquietas por terem que lidar com a falta de tempo para zelarem por seus filhos e família. Essas questões aparecem muito no discurso das mulheres que freqüentam o espaço aberto a discussões no Ciranda. Há certa importância de proporcionar a essas mulheres um espaço de escuta, de fala, de desabafo e de troca de experiências; um momento em que possam tentar colocar em palavras todas as suas angústias decorrentes do ser mãe, ser mulher, ser esposa.

Os encontros têm sido realizados todos os sábados a partir das 9h e 30 mim às 10h e 30 mim; e se estende conforme as necessidades surgidas no dia. As discussões nem sempre são planejadas e acontecem, muitas vezes, segundo alguma situação ou fato ocorrido na semana e que despertam o debate. Todo planejamento – quando existe – é discutido e aprovado por todos os participantes, como técnicas grupais, passeios, almoços, visitas as outras mães, entre outras atividades. As atividades têm a característica de uma construção em conjunto, sem uma liderança, mas, várias singularidades envolvidas no processo.

O espaço traz uma dinâmica bastante interessante. As mulheres, além de estarem à frente das atividades comunitárias, são amigas e por isso suas vidas têm uma proximidade importante. Essa ligação se dá principalmente por conta da Ísis, filha de Léia, que tem os cuidados de Liduína e Érika quando a mãe sai para trabalhar. Por vezes, as discussões tomam rumos bastante particulares e íntimos, que revelam mais uma particularidade de um grupo que se constituiu a partir da confiança, abertura e da convivência construída com compromisso ao longo desses meses. Trata-se de um espaço dialógico, que proporciona a ação comunicativa entre os participantes, promovendo o desenvolvimento do convívio comunitário (BRANDÃO, 1999).

O projeto de trabalho tem ganhado formas e gerado mudanças desde seu início. O que tem provocado angústias e desafios, muitas vezes. Entre elas estava a preocupação com algumas famílias que procuram o espaço, que dizem da necessidade de ajuda e não voltam mais. A dificuldade de assegurar um trabalho continuado com essas famílias leva a diversos questionamentos tanto do trabalho realizado, como a questão do horário, local, metodologia, quanto do envolvimento delas com seus conflitos, dificuldades em deixar a casa, falta de tempo, etc.

A busca por um modo de trabalho diferenciado, horizontal e participativo, não tem sido fácil de ser executada na comunidade, principalmente pela dificuldade de assimilação dos processos e visualização dos resultados, que se diferenciam de outras formas de trabalho cuja perspectiva é levar um produto para as pessoas, seja ela em

forma de informação, instrução, ou benefícios. Os resultados passam a ter um caráter qualitativo e não quantitativo, pois como nos indica Spink *apud* Law & Mol (1995).

(...) com a intersubjetividade e com a discussão construcionista sobre linguagem e ação levou a uma perspectiva na qual os horizontes e os lugares eram compreendidos como produtos sociais e não como realidades independentes. O “campo” começou a ser visto não como lugar específico, mas como a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade (SPINK, 2003, p.5).

Para citar um exemplo, os caminhos pelos quais o grupo tem percorrido ao longo do trabalho, não se espelham somente nos entraves e nas dificuldades. Pequenos resultados ou reflexos aparecem e transformam a realidade das mulheres e seu papel de mãe e de mulher. Em uma das conversas de sábado, Léia nos contou que desde que o grupo iniciou, ela havia deixado de bater na filha e procurava outros modos de tratá-la. A princípio, podemos questionar se isso de fato foi resultado do trabalho realizado pelo grupo, mas, o mais importante é ressaltar que foi um espaço em que ela pôde nos contar parte de sua experiência particular e de seus sentimentos em relação a isso, assim como, as outras integrantes do grupo.

3. Algumas mudanças e perspectivas

O que presenciamos em cerca de uma hora e às vezes até duas horas aos sábados de manhã não termina ali. Continua conosco quando vamos embora, quando nos deparamos com os nossos desafios cotidianos. Como se esquecer do individualismo que tantas vezes foi citado pela Erika, uma das pessoas intensamente relevantes para o vir-a-ser do Ciranda. Como viver coletivamente? Como pensar no coletivo sem esquecer a nossa singularidade? Como agir no nosso tempo, seja ele muito acelerado ou quase parando, e se afinar com os outros no ritmo de se levar a vida?

Sim, partimos das relações e buscamos soluções conjuntamente, mas essas questões continuam e não são apenas dúvidas, e não são apenas contestações, são desafios. Até onde podemos seguir individualmente, até onde podemos compartilhar projetos? Até onde queremos seguir individualmente, até onde queremos compartilhar o destino que pretendemos? Provavelmente são questões que se leva uma vida inteira tentando responder. Um gerúndio muito bem empregado dessa vez!

Contudo, uma questão mais visceral e mais direta urge e não pode ser calada. O quanto temos contribuído para a comunidade? O quanto o desenvolvimento das nossas singularidades caminhou para o crescimento e fortalecimento do coletivo? Não há dúvidas, que diante do novo, mesmo que em desencontro às nossas expectativas, enriquecemos o nosso conhecimento, mas, e para as pessoas que nos receberam, que nos acolheram e confiaram em nós, também foi enriquecedor? Também valeu a pena? Será que aprenderam alguma coisa conosco?

Embora o trabalho tenha sido criado com o intuito de discutir as questões que giram em torno dos conflitos da maternidade, muitos desdobramentos têm surgido nesse mesmo espaço. Entre essas ressonâncias podemos citar o contato do CRAS com o grupo a fim de propor um trabalho conjunto para o atendimento às famílias do bairro e região, pelo grande número de procura no centro; a possibilidade de criação de um projeto para o bairro, vinculada ao programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná; a participação de Érika, Nice e Liduína na composição de uma mesa de discussão no XVIII Encontro Regional de Estudantes de Psicologia - Região Sul, “Afetação da

realidade: Remontando os sentidos”, realizadas no mês de outubro desse ano na UEL. O trabalho proporcionou um espaço que foi apropriado pela comunidade e que estão fazendo uso dele conforme surgem às possibilidades de transformação.

Uma outra preocupação foi como falar sobre esse trabalho, como apresentá-lo em congressos, em encontros regionais e nacionais, entre outros. “*Afinal, como estruturar uma tese, uma dissertação, um relatório de pesquisa ou um trabalho a ser apresentado em congresso, cujo o caminho não era necessariamente ortodoxo?*” (SPINK, 2003, p.20). Ou seja, se buscamos um caminho novo na prática, não poderia deixar de ser diferente na teoria, ou então, esta não faria sentido cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Out. 2009.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, Dec. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Out. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O que é psicologia comunitária**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRANDÃO, Israel Rocha. “As bases epistemológicas da psicologia comunitária.” In: Brandão, I. R. & Bomfin, Z. A. C. **Os jardins da psicologia comunitária**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ ABRAPSO, 1999.